

Conteúdo

Ponto de vista: Sociedade civil e cooperação ao desenvolvimento: para onde, agora?
A sociedade civil está em retirada?
Sociedade civil – parcerias com doadores – perspectivas atuais e futuras
Ausência de cidadania em estados frágeis
Sociedade Civil no Oriente Médio – contexto histórico e regional

Neste número

Abordamos como a indústria da cooperação ao desenvolvimento pode melhor apoiar a sociedade civil, Brian Pratt discute como um apoio mais efetivo requererá novas abordagens que colocam as pessoas no centro, enquanto Katie Wright e Lucy Earle, apresentam o caso de atores da sociedade civil que têm menor visibilidade porque trabalham em situações mais marginais.

Em seguida temos uma entrevista feita por Kasturi Sen, com a nova secretaria permanente do Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional - DFID, Minouche Shafik, onde o crescente relacionamento entre Sociedade Civil e o DFID é explicado. Nosso próximo artigo explora a necessidade de uma melhor articulação entre sociedade civil em estados frágeis através de diálogos mais significativos. Finalmente, Valli Yanni, traça alguns dos principais desafios para a sociedade civil no Oriente Médio.

Este número de Ontrac precede a Conferência do INTRAC, a realizar-se em dezembro de 2008, que reexaminará o conceito e papel da sociedade civil focalizando em seu significado em relação aos atuais debates e prática no campo do desenvolvimento,

Ponto de Vista: Sociedade Civil e cooperação ao desenvolvimento: para onde, agora?

A sociedade civil é anterior e provavelmente sobreviverá à indústria da cooperação ao desenvolvimento, ela é intrínseca as sociedades e estados bem sucedidos. Entretanto, duas questões devem ser colocadas de início – como a indústria da cooperação ao desenvolvimento apóia a sociedade civil em seu papel de longo prazo de contrabalançar e complementar o estado e representar as visões e atividades dos cidadãos? Como a indústria da cooperação ao desenvolvimento (tanto das agencias oficiais quanto a das ONGs) trabalha de forma a assegurar que eles estão fortalecendo de forma sustentável as capacidades da sociedade civil e não enfraquecendo-as?

Com as crescentes preocupações de que a indústria da cooperação ao desenvolvimento ignora as lições da historia, ou simplifica desenvolvimento como sendo alguns poucos indicadores pouco relacionados ao desenvolvimento de longo prazo, nos temos que olhar para o futuro e estabelecer a visão de ambos, das ONGs e dos doadores oficiais e ver quais têm consciência real e política do contexto no qual o desenvolvimento tem lugar, assim como também uma visão realista de seu próprio papel neste processo. Existe muita margem para fazer estragos ao buscar o desenvolvimento de comunidades, assim como para fazer ações positivas. Ao nos aproximarmos do ano 2015 se torna mais provável que os grandes desafios da persistente pobreza crônica, da distribuição desigual da riqueza e dos recursos, que as mudanças climáticas e a insegurança requererão novas abordagens da indústria da cooperação ao desenvolvimento. Estas abordagens precisam colocar as

pessoas das comunidades no centro de sua visão. Os governos dizem que estão fazendo isso através da Declaração de Paris, mas a sociedade civil ainda é tratada como o primo pobre, ou, muito freqüentemente, é confundida com as ONGs de cooperação ao desenvolvimento, divorciadas do tecido social do país, região ou comunidade.

Sim, haverá desafios para os grupos da sociedade civil, especialmente para as ONGs, que precisarão redescobrir novas fontes de apoio financeiro e, enquanto isso não ocorre, alguns funcionários do setor serão perdidos. Entretanto, isto será mitigado pelo aumento do voluntariado, com mais pessoas tendo tempo e recursos para dedicarem-se de forma voluntária a suas próprias comunidades. Esta tendência tem se replicado em vários lugares e reflete como, em nível local, muitos estão buscando, talvez, um futuro para além dos doadores.

Um programa recente do INTRAC implementado em Chipre, por exemplo, se caracterizou por realizar os treinamentos dos parceiros locais a noite, uma vez que muitos dos grupos na ilha só funcionam através do trabalho dos voluntários. Saber se isso funcionará é algo que só mais adiante, no futuro, se saberá.

Nos queremos, no entanto, evitar copiar os modelos das agencias multilaterais que pensam que a sociedade civil pode ser fortalecida pelo continuado crescimento das ONGs multilaterais.

Estas ONGs podem estar utilizando todas as formas para apoiar as populações locais, mas elas não estão contribuindo mais que as multilaterais, que apostam no crescimento dos negócios e comércios locais apenas dando-lhes um papel de fornecedores ou através de subcontratação de serviços.

Escrito por Brian Pratt, Diretor Executivo do INTRAC
Correio eletrônico: bpratt@intrac.org

[p2]

A Sociedade civil está em retirada?

Com as recentes mudanças na arquitetura da cooperação ao desenvolvimento, existem sinais que mostram que o potencial de contribuição que as organizações da sociedade civil podem fazer para o desenvolvimento esta sendo sabotado. Primeiro, a crescente falha dos doadores e governos de incluírem a sociedade civil como um parceiro importante e visível no desenvolvimento esta refletida na atual política de ajuda ao desenvolvimento. A Declaração de Paris e a agenda para a efetividade da cooperação e ajuda têm amplamente falhado em incluir a sociedade civil em termos de igualdade. As evidências destacadas pelo INTRAC (Departamento da Cooperação ao Desenvolvimento Internacional do Reino Unido – DFID, 2007, idem 2008) sugerem que os grupos da sociedade civil têm sido permitido apenas a exercer um numero muito limitado e um papel uniforme, em termos de espaço para influenciar políticas e de empoderamento, subordinado a relações de subcontratação para a prestação de serviço. As organizações da sociedade civil, elas mesmas têm sido lentas em reconhecer as implicações da agenda de efetividade da cooperação e ajuda – muitas estão simplesmente alinhando suas estratégias as dos doadores, o que, de acordo com alguns observadores, elas estariam arriscando a perder sua identidade, suas raízes (Edwards, 2005).

A atual agenda de segurança tem levado muitas organizações da sociedade civil a um comportamento defensivo, tornando-as adversas a riscos. (INTRAC 2007). As ONGs Internacionais estão crescentemente sobre pressão no contexto das medidas de segurança nacional, o que leva a um aumento da tensão no relacionamento com parceiros do sul. Similarmente, as organizações da sociedade civil envolvidas no trabalho de pressão política estão também sobre crescente pressão. A agenda de segurança é freqüentemente usada como uma cortina de fumaça para obrigar o fechamento de organizações da sociedade civil

em estados repressivos (tais como em Bangladesh ou na Ásia Central) assim como também em outros estados que clamam serem democráticos (Sen e Morris, 2008).

Neste contexto, ainda, causa pouca surpresa que as organizações da sociedade civil (e particularmente as ONGs) estão sendo forçadas a bater em retirada ou, no caso das ONGs internacionais, eles estão trabalhando tão próximos dos doadores que a diferença entre eles e os governos nacionais está se tornando quase imperceptível e a relevância delas está sendo questionada. Apesar desta perspectiva sombria, existem novas tendências e atores, os quais estão desafiando esta percepção convencional sobre o papel das organizações da sociedade civil. Dentre estes estão os movimentos sociais e as organizações vinculadas a religiões, as quais estão quebrando este molde descrito acima. O próximo artigo destaca os resultados de um projeto de pesquisa levado a cabo por Lucy Earle, pesquisadora filiada ao INTRAC, que examinou a experiência recente da ação dos movimentos sociais no contexto brasileiro.

A pesquisa é baseada em um trabalho de campo com um movimento social que se organiza para lutar por moradia para população de baixa renda em São Paulo, Brasil. Em particular a pesquisa revela que os movimentos sociais tendem a focalizar em pressionar o estado de forma a assegurar que o estado cumpra seu papel na provisão dos direitos reconhecidos na constituição. Esta é uma ferramenta particularmente poderosa no Brasil desde que a constituição de 1988 foi escrita através de um processo altamente participativo. O grupo começou a se relacionar com o sistema legal de uma maneira desafiadora, com um número de lideranças do movimento social sendo treinado com advogados. Democratizando a lei, que no passado era uma espécie de reino da elite brasileira, o movimento levanta um sério desafio ao estado, “jogando o próprio jogo do estado”.

Esta pesquisa relata também que os movimentos sociais no Brasil estão muito próximos dos partidos de esquerda, particularmente do Partido dos Trabalhadores (PT). Entretanto, muitas ONGs nacionais e internacionais são indecisas em apoiar financeiramente os movimentos sociais, por causa disso e também porque os movimentos sociais às vezes agem de forma ilegal de forma a atrair a atenção da Mídia e para forçar o estado a se engajar no diálogo com eles. Agindo desta maneira, os movimentos sociais se movimentam entre processos legais e ações ilegais.

Apesar de muitas ONGs internacionais se sentirem preocupadas ao apoiar os movimentos sociais, eles têm quatro pontos fortes que os permitem maximizar o uso de qualquer apoio que lhes seja oferecido. Primeiro, os movimentos sociais são organizações baseadas em afiliação, e elas perdem sua razão de existir se perdem o apoio de seus afiliados. Segundo, movimentos sociais são necessariamente rápidos em adaptarem-se a mudanças na conjuntura. Eles têm que responder aos problemas que seus afiliados estão enfrentando, por exemplo, despejos eminentes, moradias muito precárias e sob risco. Movimentos sociais são também altamente participativos e colocam uma grande ênfase na democracia interna e no empoderamento de seus membros, provendo oportunidades para as pessoas aprenderem sobre as causas, a raiz dos problemas que elas estão vivendo o porquê da sua situação de pobreza. O componente de formação e de educação é inerente a sua forma de ser. E, por último, os movimentos sociais são freqüentemente orientados para realizar mudanças na sociedade e na arena política e tendem a definir o seu discurso baseado em direitos e isto está alinhado também com o discurso de outros atores da sociedade civil, e com as ONGs.

Baseado nas conclusões que estes tipos de pesquisa chegam, parece que, se nos estamos realmente comprometidos em apoiar a sociedade civil, a indústria da cooperação ao desenvolvimento/ajuda, como um todo, precisa agora focalizar e se engajar com atores que são menos bem vistos, publicáveis, como os movimentos sociais, as organizações ligadas as religiões ou as diásporas, os quais têm originalmente ficado a margem do

desenvolvimento. Contudo, uma parceria bem sucedida depende da habilidade destes grupos de protegerem a sua independência e autonomia.

Escrito por Katie Wright e Lucy Earle

Endereço eletrônico: kwright@intrac.org L.O.Earle@lse.ac.uk

Referências (todos os textos e livros são em inglês)

Earle, L, (2008) *Social Movements and Citizenship* (INTRAC, in process)

Hulme, D and Edwards, M, (1996) *NGOs, States and Donors: Too close for comfort?*
Palgrave Macmillan

IBIS, Alliance 2015 (2008). 'Fostering Democratic Ownership – Towards Greater Impact on Poverty'. Available at www.eldis.org/cf/rdr/?doc=37512&em=290708&sub=aid

INTRAC (2007) 'Aid Effectiveness and Social Policy', DFID. Available at www.dfid.org

Sen, K and Morris, T, (2008) *Civil Society and the War on Terror*. INTRAC

[p3-4]

Sociedade Civil – parcerias com doadores – perspectivas presente e futura

A nova secretária permanente do Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (DFID Sigla em inglês), Minouche Shafik, concedeu ao ONTRAC uma breve entrevista onde ela reiterou a sua visão de que o trabalho do DFID com a sociedade civil será objeto de uma relação ainda mais profunda nos próximos anos.

O Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional – DFID tem sido um dos atores que estão na frente para assegurar que a Declaração de Paris faça progressos para melhorar a efetividade da cooperação ao desenvolvimento e a ajuda oferecida, uma área em que muitas organizações da sociedade civil têm reclamado de serem postas de lado. Neste sentido, o DFID também apoiou o documento de base sobre a sociedade civil preparado para a terceira reunião de alto nível realizada em Acra, em setembro de 2008. No compromisso do DFID em apoiar a agenda de direitos deve também ser ressaltado o fato do apoio dado ao documento de base do ano passado apresentado ao Comitê de Direção da OECD/DAC, que teve como foco gênero, direitos humanos, e a defesa de direitos dos meios de vidas das pessoas vivendo em pobreza que estão sob risco. Existem, definitivamente, mais mudanças no ar em termos da forma como o DFID trabalha com a sociedade civil.

1. Você tem a visão de que as parcerias doadores/sociedade civil melhoram a colaboração nos programas de desenvolvimento e as metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio?

Eu vejo a parceria com a sociedade civil sobre uma ótica multifacetada:

As organizações da sociedade civil (baseadas no Sul ou no Norte) são importantes “amigos críticos” para os doadores e governos, amigos cuja presença é essencial, e que estão aí para questionar e desafiar as políticas. Em sentido amplo, o DFID, como doador, compartilha objetivos similares aos das OSCs, em termos de profunda preocupação com questões como a continuidade da pobreza crônica, desigualdade, direitos das mulheres e mais. Entretanto, os métodos usados para resolver estas questões pelos doadores e pela sociedade civil irão, inevitavelmente, serem diferentes.

As OSCs têm um importante papel a jogar não apenas conscientizando o público sobre as questões do desenvolvimento, mas também em prestar serviços em países onde os

governos são incapazes de prover serviços básicos e essenciais – tais como saúde e educação – para a população em geral.

A sociedade civil tem sido também um importante parceiro do DFID em termos de influenciar políticas. Isto tem significado prover apoio a sociedade civil onde ele é necessário, para fazer com que os governos prestem conta e também para ajudar a fortalecer as capacidades. Fortalecer as capacidades da sociedade civil deverá levar em conta que existem deficiências na capacidade do governo de prestar serviços, mas pode também envolver desafiar políticas desiguais, ou políticas que excluem grupos específicos da sociedade. A sociedade civil tem sim um papel importante, existe uma visão bastante forte de que uma sociedade civil vibrante é uma base importante para sociedades democráticas.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, são parte e parcela importante dos objetivos corporativos do DFID. Eles permanecem firmemente no horizonte de DFID e continuarão a ser prioridades. Eu gostaria de reafirmar que é essencial que os governos, as OSCs e o setor privado trabalhem juntos de forma a acelerar os progressos para atingir os ODM.

Adicionalmente, questões políticas mais amplas, como as mudanças ambientais e climáticas, lidar com os conflitos e justiça no sistema de comércio, continuarão a serem cruciais para apoiar a implementação dos ODM entre agora e o ano de 2015. Apesar de operamos em ambientes desafiadores, o DFID continua a trabalhar para atingir os ODM, e em estreita parceria com as OSC de muitos países. Dois exemplos são Burma e Zimbábue, onde, com a presente situação, não é fácil para a sociedade civil ter um papel ativo. Contudo, com o apoio do DFID, a sociedade civil tem provido serviços críticos, em particular, nos setores de ação social e de saúde.

2. Onde as parcerias estão funcionando bem?

O DFID tem excelentes relações com um variado leque de OSC no Reino Unido e em outros países. Nos trabalhamos em parceria com a sociedade civil tanto através de nossos escritórios em países, quanto centralmente, incluindo o Acordo de Programa em Parcerias (sigla em inglês PPA) e através de vários fundos, incluindo o "Challenge Fund" para a Sociedade Civil, o Fundo para Boa Governança e Transparência, O Fundo de Conscientização para o desenvolvimento e o Fundo de Ajuda Humanitária e Conflito.

O DFID tem atualmente 27 Acordos de Programa em Parceria onde o financiamento central do DFID é destinado a organizações baseadas no Reino Unido para apoiar as suas missões e para realizar os objetivos compartilhados. Os organizações parceiras do APP (PPA em inglês) jogam um papel de influenciar, de exercer pressão (o papel de amigo crítico) e eles também provêm apoio à organizações locais em diferentes partes do mundo contribuindo assim para um melhor acesso a serviços, para contribuir com políticas de desenvolvimento e para prover ajuda humanitária em emergências. Países que posso mencionar são Burma, Zimbábue, Afeganistão, Sudão, Líbano e Paquistão. Em todos estes países, têm havido uma grande quantidade de trabalho conjunto, incluindo a facilitação de ajuda humanitária. Eu penso que algum nível de sucesso tem sido alcançado na maioria destes lugares. Desde que estas parcerias têm funcionado bem, este tipo de ajuda humanitária global tem sido, certamente, uma prioridade corrente.

Adicionalmente, o DFID tem dado muito apoio a ações de fortalecimento de capacidades em muitos países em desenvolvimento, trabalhando próximo a sociedade civil local (exemplos: Etiópia e Tanzânia).

Nestes países, o DFID está plenamente consciente da presente necessidade de trabalho a ser realizado ao nível local, particularmente nas áreas mais remotas, e, por causa da natureza das relações existentes entre os governos e as OSCs. A questão da prestação de

contas e da transparência em todos os níveis (das OSCs e do estado) é crucial para o DFID. Exemplos de tipos de projetos que o DFID tem apoiado em conjunto com as OSC incluem desenvolvimento comunitário no Afeganistão, desenvolvimento de estratégias de redução da pobreza na Tanzânia e na Etiópia, prestação de serviço e atividades de geração de renda através de micro financiamento em muitos outros países.

Nos últimos anos, por exemplo, o DFID vem trabalhando no currículo escolar de muitas escolas (primárias e secundárias) para divulgar o conhecimento e conscientizar sobre as questões do desenvolvimento junto ao público jovem. O DFID tem não apenas focalizado em influenciar políticas, mas tem também promovido o trabalho voluntário, promovido o apoio a grupos negros e minorias étnicas e tem aplicado as lições aprendidas em seu trabalho em muitos outros países estrangeiros (em todos os níveis e ambientes domésticos no Reino Unido) para educar e conscientizar sobre desenvolvimento em geral.

3. Quais, você acha, serão os principais desafios que os doadores enfrentarão (os doadores atuais) e as OSC do Norte (e do Sul) nos próximos cinco anos ?

Em minha visão os principais desafios que os doadores e a sociedade civil enfrentarão serão:

- serem transparentes e prestarem contas -
- terem habilidade de medir impacto e demonstrar resultados,
- dar continuidade e manter o apoio a uma agenda política de desenvolvimento quando a situação política e econômica em muitos países for bastante dura/difícil

É crucialmente importante para as OSC estabelecerem um conjunto de bons exemplos e serem transparentes e prestarem contas do que fazem. O Comitê do Departamento Internacional do Parlamento do Reino Unido – CDI (sigla em inglês IDC) estabelece alta prioridade nestes dois fatores. Eles também querem ver resultados que correspondam aos recursos aplicados. Onde foi provido recursos, nos precisamos assegurar que as organizações recipientes prestem contas e também demonstrem que os fundos providos têm um efeito positivo onde era esperado – nos precisamos estar aptos a demonstrados impactos. Se alguns dos impactos são melhores processos, pode ser que seja isso o possível, mas é importante demonstrar impactos e resultados em nível local.

Um dos grandes desafios que enfrentamos é a habilidade de sustentar, de forma forte, políticas focalizadas em desenvolvimento quando o ambiente político e econômico são ambos difíceis e complexos – por exemplo, no caso dos países de renda média com altos níveis de desigualdades. Nos precisamos continuar a trabalhar nestes países tratando de questões relevantes para o desenvolvimento; nos não podemos esquecê-los simplesmente porque eles estão indo bem em algumas outras áreas.

4. Finalmente, em termos do que pode acontecer em Agra...

Nos continuaremos a ter grandes esperanças sobre o que pode ser alcançado em Agra.

Nos estamos conscientes da importância do papel da sociedade civil em Agra. Nos não podemos nem pensar em andar para trás nos compromissos feitos na Declaração de Paris. Nos precisamos continuar a mover a agenda da efetividade da cooperação para frente e ver seus principais objetivos realizados.

O Fórum paralelo da sociedade civil terá também um papel de colocar pressão sobre doadores e governos para que eles atinjam as metas de forma a tornarem a cooperação e a ajuda mais efetiva.

[p5-6]

A ausência de cidadãos em estados frágeis

Na volumosa literatura disponível sobre o tema estados fracos, frágeis, disfuncionais, parece haver pouco sobre o papel que os cidadãos podem jogar para fazer com que o governo funcione, e qual pode ser a contribuição destes para determinar a qualidade e o rumo do governo. Enquanto muitos doadores reconhecem que governos transparentes, o respeito aos direitos e a provisão das necessidades básicas dos cidadãos são critérios essenciais para justificar a ajuda e cooperação ao desenvolvimento, poucos, se alguns, têm trabalhado a necessidade de realizar consultas, ou de promover o real dialogo com os cidadãos (ou com seus representantes) em países com probabilidade de desenvolverem situação de conflito, países em situação de fragilidade institucional ou países cujos governos não funcionam. Isto em geral é visto como uma tarefa difícil em situações que são complexas, mas um recente trabalho do INTRAC sugere que são os doadores, mas que os governos de estados frágeis sozinhos, parte do problema nas tentativas de estabelecer a paz e a estabilidade.

O trabalho do INTRAC também destaca uma tendência de ameaças aos espaços e a vida cívica pela violência endêmica e pelas medidas de segurança que resultam nestas situações. Ambas têm causado crescente alarme em muitas regiões do mundo. Parece que a preocupação dos doadores do Norte e uma excessiva ênfase no papel do estado e na construção do estado têm tido prevalência em relação ao espaço cívico e a participação dos cidadãos no dialogo de políticas, num momento em que isso é mais necessário do que nunca. Enquanto é importante reconhecer que unas poucas generalizações são feitas sobre “cidadania” ou “espaços cívicos” (e que métodos de engajamento podem inevitavelmente variar de um contexto de fragilidade a outro), ainda assim existe um imenso vacuum na literatura sobre como melhor engajar a sociedade civil em estados frágeis para assegurar resultados mais positivos e para o beneficio de toda a comunidade, ao invés de favorecer poucos.

Nosso trabalho também sugere que o papel de muitas ONGs em estados frágeis parece estar sendo relegado a assistência humanitária (OECD DAC 2002, DFID 2005, Schetter 2007). Isto é claramente uma necessidade, mas existem poucas evidencias de tentativas de apoiar atividades locais que possam incluir o fortalecimento da sociedade civil, influência e pressão política ou atividades baseadas na promoção de direitos, que estão mais freqüentemente em risco em contextos vulneráveis. Ainda mais o recente trabalho do INTRAC sobre segurança nacional e desenvolvimento tem mostrado que a falta de apoio dos doadores a participação da sociedade civil em assuntos relacionados à estas políticas, em geral, tem permitido que muitos governos se aproveitem da situação para rotular muitas OSCs como sendo “uma ameaça” a segurança nacional, freqüentemente com evidencias duvidáveis. Isto tem levado a uma freqüente caça e ameaça aos militantes sociais e as OSCs, marginalizando estes grupos ainda mais (Sen e Morris 2008).

Não nos surpreende que, no centro das discussões de alguns doadores, existe uma falta de coerência e entendimento sobre como melhor prover apoio para a segurança dos cidadãos que freqüentemente são os mais vulneráveis, nas situações em que os governos têm falhado em prover serviços básicos.

Alguns governos e doadores do Norte têm, por exemplo, desejado adotar uma ação militar como contribuição para fortalecer o setor de segurança para manter a lei e a ordem. Entretanto, grupos de cidadãos em muitos destes países em conflito têm argumentado que a opção pelo uso da defesa é negativa na reconstrução social – como tem sido revelado em muitos casos nos países na linha de frente na guerra contra o terrorismo, notadamente

Iraque e Afeganistão. Nestes países a violência, especialmente contra a população civil não tem diminuído apesar de bilhões de dólares gastos em assistência militar e em segurança. Muitos doadores têm falhado amplamente em resolver a questão dos estados frágeis e a tendência é que estes venham a aumentar a sua fragilidade e até colapsarem.

Recentemente, tem crescido o consenso, como ilustrado por Browne (2007), Ghani e Lockhart (2008) e também por doadores como o DFID (2005), que sugere que muitos dos programas dos doadores estão na contramão no que concerne aos estados frágeis ou fragilizados. O DFID argumenta que é necessário um maior engajamento na perspectiva humanitária em estados frágeis, enquanto Browne argumenta que, com algumas poucas exceções, os doadores parecem estar “em momentos errados e com atitudes erradas” o que têm, algumas vezes minado o progresso de suas políticas em relação aos estados frágeis. Ghani e Lockhart têm argumentado que o fortalecimento de estados frágeis não pode ser imposto deste fora, e que, é necessário que este processo seja feito deste dentro, através de consenso interno, assim como também através de acordos externos, mas não apenas baseado neste último. Esta visão tem ganhado eco e sido apoiada por muitas organizações, incluindo o recente trabalho do INTRAC sobre o Líbano, um estado frágil, onde a interferência ocidental, em vez de assistência, tem sido identificada como um fator chave para minar a construção de um sistema pluralístico no país (Fayyad 2008).

Apesar do contexto variado da literatura (geográfica, econômica, social e política e das dimensões culturais de formação dos estados) existe uma unidade na crítica de que muitos doadores têm amplamente falhado em resolver a questão dos estados frágeis ou em vias de se fragilizarem e entrarem em colapso; muitos, parecem, têm sido incapazes de engajarem com os cidadãos até nos casos onde tem havido fragmentação social e uma situação complexa no âmbito local. Esta perspectiva parece ser um tema recorrente na literatura sobre os estados frágeis nas últimas décadas. É importante tanto para os governos, quando para os doadores reconhecer que é vital o papel jogado pela sociedade civil e pelos espaços cívicos, ainda que em situação de conflito aberto, de resolução de disputas e para o estabelecimento de alguma representação. Provisão de ajuda humanitária somente, ainda que muito valiosa, pode não resolver a questão fundamental da necessidade de diálogo com um amplo espectro dos cidadãos, sem pressões de fora para favorecer um grupo em relação a outros, baseado no poder e em interesses geopolíticos.

Kasturi Sen
Diretor de Pesquisa do INTRAC
ksen@intrac.org

Referências:

Ghani, A, and Lockhart, C (2008) *Fixing Failed States: a framework for rebuilding a fractured world* Oxford University Press.

DFID (2005) *Why we need to work more effectively in Fragile States*. DFID London

International Centre for Non-Profit Law (2008) *Defending Civil Society: A report of the World Movement for Democracy*

The Brookings Institute (2008) *The Index of State Weakness in the Developing World*

Browne, S (2007) *Aid to Fragile States – Do donors help or hinder?*, UNWIDER discussion paper no. 2007/01

Fayyad, A (2008) *Fragile States: Dilemmas of Stability in Lebanon and the Arab World*, INTRAC

Sen, K and Morris, T (2008) *Civil Society and the War on Terror*, INTRAC

Schetter, C (2007) *The Dilemma of Reconstruction in Afghanistan*, Heinrich Boll Foundation

OECD/DAC (2002) Development Assistance Committee: DCD/DAC 32 REV 1

[p7]

Sociedade Civil no Oriente Médio: contexto histórico e regional

As organizações da sociedade civil do Oriente Médio enfrentam muitos desafios. O INTRAC vem trabalhando junto a estas organizações desenvolvendo pesquisas e apoiando processos de fortalecimento institucional. Valli Yanni delinea algumas das questões de fundo e destaca a complexidade e diversidade presentes.

Uma região bem diversa

A região do Oriente Médio é usualmente vista como compreendendo três sub-regiões. Mashriq (Levante), Magreb (Norte da África) e os estados do Golfo. Similaridades na região incluem: a língua Árabe; a religião (predominantemente Islâmica e secundariamente cristã), uma história de colonialismo (exceção da Arábia Saudita e do Iêmen do Norte), cultura, costumes e sistemas sociais e políticos; e conflito (Palestina, Líbano, Iraque, Sudão e Iêmen). As diferenças na região incluem: nível e impacto da educação (alguns países têm alto nível educacional enquanto outros têm nível escolar muito baixo, particularmente entre as mulheres), a distribuição de riquezas (dos países ricos em petróleo a países como o Iêmen, na lista dos países menos desenvolvidos) e estágios de desenvolvimento e eficácia da sociedade civil.

O significado de “Sociedade Civil”

O termo sociedade civil não existe em Árabe, a tradução do inglês significa “sociedade da cidade”. O conceito, em si mesmo, assim como outros conceitos como gênero, é tomado de modelos ocidentais, assumindo-se que esse conceito se aplicará ao mundo árabe. O trabalho da sociedade civil na região tem sido principalmente associado com a filantropia ou trabalho caritativo, especialmente em relação a principais religiões, a islâmica e cristã. As instituições religiosas, de ambas as religiões, têm historicamente desenvolvido trabalho caritativo e provido serviços de saúde, educação e assistência direta e outras formas de benefícios e ação social. A filantropia no Oriente Médio está profundamente enraizada nas religiões, seu significado não é apenas dar aos pobres (como geralmente é percebido no Ocidente), mas, sobretudo, é uma obrigação, uma responsabilidade como parte da justiça social (Zakat e Sadaqa na religião Islâmica e Oushoor no cristianismo).

Uma breve visão geral da sociedade civil na região

Nas últimas décadas, o foco do trabalho da sociedade civil no Oriente Médio, tem mudado da filantropia (ação social e assistência social direta) para promoção do Desenvolvimento (prestação de serviço), ajuda humanitária (assistência á emergências e desastres e prestação de serviço) e mais recentemente um aumento do trabalho de influência em políticas (direitos humanos, direito das mulheres, questões ambientais). Todas estas formas de trabalho da sociedade civil co-existem simultaneamente. A sociedade civil no Oriente Médio tem seguido os padrões da sociedade civil em outras partes do mundo: de ONGs a organizações sociais, da prestação de serviço ao trabalho de capacitação e de desenvolvimento a influência em políticas. Em termos de relacionamento com o estado, as organizações sociais são vistas como provedores de serviços, criadas para preencher o espaço onde o estado não está cumprindo com o seu papel. No entanto, as Organizações Sociais são, em geral, controladas pelos governos na região (muitos dos quais com regimes repressivos) com restrições ao registro de ONGs, as suas atividades e captação de recursos.

Organizações da Sociedade Civil - alguns exemplos

Quem são elas e o que fazem?

As organizações da sociedade civil no Oriente Médio são diversas em termos de: tamanho, escopo, mandato, sistema de governabilidade, regulação e estágio de desenvolvimento (de novas a bem estabelecidas), e níveis de efetividade. A maioria das organizações da sociedade civil é filantrópica (organizações caritativas), as quais tendem a limitar o seu papel a prestação de serviço e a tradicional ação social. As doações privadas compõem a maioria dos recursos destas organizações com limitada regulação (até recentemente, quando as medidas anti-terroristas foram introduzidas e colocaram uma grande ênfase na regulação de doações privadas). Outras organizações da sociedade civil, como em outras partes do mundo, seguem os padrões de financiamento comuns ao invés de trabalharem com as demandas e necessidades da sociedade. Mais recentemente, muitas OSC no Oriente Médio tem se engajado em arenas não convencionais como direito das mulheres, trabalho de influência em políticas, direitos humanos, questões ambientais e pesquisas. As ONGs em todo o Oriente Médio são proibidas por lei de se engajarem em atividades políticas, assim sendo, aquelas trabalhando com a abordagem de direitos e no trabalho de influenciar políticas enfrentam difíceis obstáculos.

Exemplos incluem o Centro de Estudos para o Desenvolvimento Ibn Khaldun, ONG baseada no Cairo que desenvolve trabalhos de pesquisa, influência em políticas e programas de desenvolvimento, desde 1988. No Líbano existem alguns fóruns de coordenação das OSCs (Fórum Libanês de ONGs, Coletivo Libanês de ONGs voluntárias e a Rede Árabe de ONGs para o Desenvolvimento). Enquanto que as ONGs nos Territórios Palestinos Ocupados são os maiores provedores de serviços de saúde primária, hospitais e centros de reabilitação e de educação pré-escolar.

Dilemas que a sociedade civil enfrenta

O Oriente Médio é uma região volátil que apresenta muitos desafios para as OSC locais e para aqueles que trabalham com elas baseadas fora da região. Estes desafios derivam de duas maiores fontes:

1. Internos a região: regimes repressivos, prolongados estados de emergência em alguns países, estrangimentos a liberdade de associação (fragilizando os esforços das ONGs de se engajarem com a defesa dos direitos humanos e atividades de influência em políticas que são consideradas atividades políticas), algumas leis regulatórias datam de início do século passado (que não levam em consideração as mudanças que tiveram lugar desde então), poucos organismos de coordenação e redes facilitadoras de debate, interações e relações pobres com os governos onde prevalece a falta de confiança de ambos os lados, pouca base de apoio financeiro, capacidades internas frágeis em relação a definição de seus próprios objetivos e estratégias o que as levam a serem dirigidas pelos financiamentos disponíveis.
2. Externos a região: a guerra ao terrorismo, que tem impactado nas OSCs em termos de financiamento (restrição de fundos estrangeiros) e tem provido governos repressivos com mais uma ferramenta para dificultar as OSCs na região, e a negativa visão emergente no Ocidente sobre o Oriente Médio (Islamismo/árabes e o mesmo que Al Qaeda/Terrorismo). Existe também um crescente ceticismo entre as OSCs da região em relação às intervenções do Ocidente.

Conclusão

Apesar do tamanho dos desafios que as organizações enfrentam, muitas OSCs no Oriente Médio têm o compromisso de continuar as suas lutas por justiça social. É importante promover-las através de fóruns como Civicus, demonstrar a diversidade existente e o potencial para suas sociedades, e mostrar solidariedade para com suas lutas.

Valli Yanni é consultor autônomo com experiência em treinamento participativo, gênero, influência em políticas e diversidade cultural. Sua experiência é baseada tanto no Oriente Médio quanto em outras partes do mundo, Este artigo é baseado em uma apresentação sua na Assembléia Mundial da Civicus, em junho de 2008.
Endereço eletrônico: valli.yanni@ntlworld.com